

# Da natureza da história – considerações sobre *A ideologia alemã*<sup>1</sup>

Gustavo Chataignier

## **Introdução**

**D**aremos continuidade a um tema que tem animado algumas de nossas últimas reflexões: em geral, sobre a história como horizonte de pensamento; e, em particular, acerca da contingência determinada na formulação das ideias de Marx. Para tanto, teremos como base, o que não quer dizer referência monolítica, as construções de *A ideologia alemã*. Na referida obra observa-se a centralidade da noção de história enquanto construção, já sem a roupagem do híbrido Hegel-Feuerbach dos anos imediatamente anteriores. Em termos de história do pensamento, uma das conclusões que somos autorizados a tirar é que se abandona o momento “naturalista” dos manuscritos parisienses em prol da categoria de história. É escusado insistir que tal movimento em nada se assemelha a algum elogio da instrumentalização da natureza – antes, vê-se sua problematização. Seria isso sintoma de alguma “recaída” hegeliana, no sentido de atualização da teoria do espírito objetivo? Reduzir um filósofo ao outro seria não só descuido argumentativo, mas cegueira aos problemas postos por cada um. O conceito de história surge no papel de operador da produção de realidade; de maneira autônoma, não é um subproduto da natureza – um estar no mundo.

## **1845, o ano que não acabou**

Se seguirmos a divisão estabelecida por Althusser, *A ideologia alemã* se encontra logo após o período do “corte epistemológico”, ou seja, em 1845<sup>2</sup>. A “negação

realizadora” constatada desde 1843 e 1844 dá lugar a uma “saída da filosofia”, o que corresponderia em Althusser à passagem à ciência. Segundo Emmanuel Renault, o que está em jogo na *Ideologia* seria o provimento de “conhecimento real” aos textos anteriores<sup>3</sup>. Em uma frase emblemática desse período, que contudo não o esgotaria, Marx escreve: “É aqui que cessa a especulação, é na vida real que começa portanto a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens”<sup>4</sup>.

A ciência real da qual Marx e Engels se reclamam, por oposição à filosofia, é a história. Assim, a ciência da história continua a crítica da economia política; seu aporte é a explicação da sucessão das épocas e do passar do tempo pela introdução da economia enquanto esfera de determinação. Podem-se evocar duas faces desse procedimento: trata-se, em primeiro lugar, de uma crítica da sociedade (a partir do conhecimento da história); em segundo lugar, de uma crítica da consciência (a partir da ideologia). No primeiro caso, o devir se explicita por meio de uma “dialética das formas de propriedade e das forças produtivas”; no segundo, a formação das ideias encontra sua causa nos processos econômicos<sup>5</sup>.

Uma pausa se faz necessária. Incurremos no sério risco de cair nas malhas da adequação metafísica entre modo de produção-formas de sociedade e governo e também no modelo positivista do passado ideológico e do novo científico. Vejamos.

Se a antítese estanque da ilusão ideológica e da verdade científica é o que estrutura *A ideologia alemã*, estamos em um impasse. Ou encaramos o necessitarismo da Revolução (o proletariado, estando fora da sociedade, faria surgir a “consciência da necessidade de uma revolução radical”<sup>6</sup>); ou adota-se a posição do cientificismo. Em outros termos, ou o ponto de vista do proletariado corresponde ao verdadeiro e, portanto, se realiza (o que subestima a dominação e se aproxima das combalidas e pouco defensáveis “filosofias da história” clássicas); ou o proletário ele mesmo é excluído dessa necessidade, dessa realização revolucionária, pois não seria o portador do conhecimento científico (o que restringe a análise das disputas materiais e do papel potencial das demandas).

Esses limites interpretativos teriam sido sentidos por Marx, assim como as derrotas de 1848. Não à toa, reformulada, a crítica desemboca em *O capital*<sup>7</sup>. Em todo caso, enquanto a ideologia seria oposicional (em se adotando a ótica positiva), a crítica da economia política se ergueria como uma teoria das contradições do capitalismo – o que confere uma autonomia relativa ao político<sup>8</sup>.

### **Contingência e persistência: chaves de leitura**

Pretendemos nuançar o que foi dito anteriormente. Para tanto, convém relacionar *A ideologia alemã* a outros textos ou simplesmente segui-lo por um fio condutor. Eis-nos em mais uma encruzilhada: essa relação pode ser estabelecida

através da produção ulterior de Marx (notadamente em *O capital*), através de seus textos imediatamente anteriores (os *Manuscritos de 1844*), ou, finalmente, por uma leitura que explora sua obra por um eixo temático qualquer. Em nosso caso, tentaremos levar adiante a análise por meio da problematização da relação entre natureza e história.

Isso posto, a “positividade” reclamada por Marx é contrabalanceada pela ação recíproca entre homem e natureza, onde a natureza se compreende no homem. Note-se que as camadas interpretativas possíveis são muitas, e que, no mor das vezes, resistem às tentativas de separação: divisão social do trabalho e ação humana inserida nos e referenciada aos modos de produção, por exemplo. Por isso, acreditamos que a saída da filosofia sendo, pelo menos parcialmente, determinada pela própria filosofia, chega-se a uma outra racionalidade – a saber, o pensamento da ação na história.

Nossa hipótese de trabalho consiste em: primeiramente, na consideração da história como uma relação, o que exige um regime de determinação recíproca entre as forças em presença; em segundo lugar, as relações são invariavelmente variáveis, ou seja, sempre específicas, as forças qualificam as ditas relações.

Marx não nos deixou uma “história geral”, ou, ainda, uma história dotada de “leis”, como o fizeram alguns de seus ilustres predecessores (Vico, Hegel, Voltaire, Comte, Rousseau e Condorcet)<sup>9</sup>. A “necessidade” histórica só é inteligível quando articulada ao conflito social, às tendências imanentes de movimento que, contudo, se encontram “emperradas” ou são contraditas. Referenciar a história à luta de classes significa compreender a classe trabalhadora não como um sujeito onisciente que faz as vezes do espírito absoluto, mas, antes, como o campo da “anarquia das vontades” que realiza tendencial e contraditoriamente o lucro. Tal racionalidade enseja a problematização e a efetivação de um campo de subjetivação política, oposto à naturalidade da vida social. Até o acaso é acaso de uma situação, e a liberdade é a liberdade de uma coação.

Ora, mesmo uma história econômica (ou a descrição dos efeitos da variação da economia) deve ser distinguida das condições sobre as quais se exerce – a chamada “superestrutura”. A questão decisiva é: como se apropriar de insatisfações? Ou, ainda, como fazer com que tais e tais insatisfações se organizem e durem no tempo é uma tarefa que cabe à política. Nos encontramos nos terrenos da dialética, e não da ciência, em sentido positivo do termo. Menos a ciência de um objeto particular do que um conhecimento negativo daquilo que se inscreve e por vezes reescreve as leis imanentes de uma sociedade (processos de universalização que se conjugam com resistências).

O estudo “científico” do modo de produção capitalista, tal como empreendido em *O capital*, não é equivalente à escritura de sua história. Todavia, ciência e história se determinam reciprocamente: “a teoria do capital é necessária para a compreensão

dessa história”. A história precede o capital, e a “ciência” assim construída é *a posteriori*<sup>10</sup>. Fazer sínteses é distinto de comparar grandezas e de se chegar a “médias”.

### **Lógica marxiana e tempo presente hoje: críticas**

Os ataques sofridos por Marx por conta de sua proposição de uma sociedade onde as demandas pudessem ser satisfeitas ensejou um discurso sobre “o fim da história” – fórmula, que se o diga de passagem, jamais presente sob a pluma de Marx. Que se pesem, contudo, assertivas bastante problemáticas (e emblemáticas), do tipo “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas demandas”<sup>11</sup>. A ação, devidamente iluminada pelo pensamento, daria cabo a todas as zonas de sombra: a exterioridade não mais seria fruto de estranhamento, quer dizer, não mais haveria alienação. Temos, no mínimo, duas fortes objeções que podem ser dirigidas a Marx. O fim, ou a redução, da dominação e da exploração do homem pelo homem não podem ser iguados ao fim da contingência, do vir a ser – e portanto do *pathos*, da exteriorização produtiva (inclusive do sujeito).

Um segundo ponto a não ser negligenciado consiste no consumo. Como, em um dado contexto societal, moderar ou controlar o desejo? Numa sociedade comunista ou com justiça social verificar-se-ia uma estagnação de demandas, desejos e suas realizações? O Lacan leitor de Hegel ensinou que o desejo é sempre desejo do outro – há, inevitavelmente, uma mediação pelo outro, o que inclui paixões como inveja e também padrões de aceitação social.

Cabe ao marxismo essa “carapuça”? Não se trata do retorno a alguma “origem” imaculada, ou uma “imunização” diante de “ameaças externas”. O desenvolvimento do senso crítico, aliado a lutas coletivas, jamais parará o tempo. Sua razão de ser reside alhures: o poder político, para efetivamente ser universal e agir sobre os entes, deve ser indiferente às diferenças particulares, deixando-as agir livremente. Dito de outra forma, a política não deve tolher a diferença, mas fazer com que haja, por assim dizer, “igualdade nos pontos de partida”, garantindo as possibilidades impessoais de efetivação.

Compreender a realidade à luz da história nos parece justificado na medida em que os processos de alteração do exterior, bem como sua contrapartida necessária, a internalização e o processamento reflexivo de hábitos e referências, não excluem o princípio de mudança, de vir a ser. Não é questão de “julgar” a vida, mas, antes, de ser coautor, ou seja, autores junto com o tempo que passa, prenhe de possibilidades incrustadas na inexorabilidade das horas.

Mais um ponto é assim esclarecido: longe de reduzir um modo de produção a uma forma de *socius*, tanto ética quanto politicamente<sup>12</sup>, o privilégio da ferramenta historiográfica tem o mérito de apontar para as múltiplas presenças no interior de um mesmo presente. Em termos mais colados à letra marxiana, o modo de produção

hegemônico coabita com reminiscências passadas, o que faz com que coexistam, em um mesmo presente histórico, tecnologias (e suas respectivas operações) distintas. A diacronia é inseparável de uma sincronia de eventos. O espaço real nunca é liso, palco indiferente para a realização sem restos da ideia. Se há uma “dominância do tempo”, existem os contratempos, as particularidades que resistem e se conjugam com a tendência à universalização. Do embate entre tempo e contratempo surge o ritmo do presente, “música” que exige audição.

### **Porque a história ou história e comunismo**

O pensamento marxista se propõe a suprimir aquilo que impede a realização empírica da “essência” humana, com o perdão da expressão à *la* Feuerbach, essência essa que é aparecer. Por isso, retomando termos anteriores a 1845, a apresentação do comunismo como “o enigma resolvido da história” que se entende enquanto tal<sup>13</sup>, como solução. Para afastar qualquer laivo de determinismo, deve-se ter em conta que, para Marx, o comunismo é o “movimento real”, em ligação a um “Estado que deve ser criado”, longe portanto de “um ideal sobre o qual a realidade deverá se sintonizar”<sup>14</sup>. A “resposta” se encontraria no movimento da história, em um só tempo autocriador e passível de autocrítica enquanto teoria crítica. Se atentarmos ao “conteúdo de experiência”, para retomar Adorno, latente no vocabulário então empregado por Marx, chegaremos à conclusão de que perder a “essência” quer dizer ser privado dos meios de realização da existência material – ou ser privado de vir a ser. Ora, comenta Bensaïd, “a história profana não tem fins próprios”. *A ideologia alemã* insiste que não se deve acreditar que a história por vir seja o objetivo da história passada, como teremos a oportunidade de observar. Eis porque “derrubar a ditadura dos fins significa desmoralizar a história (renunciar de uma vez por todas a que ela tenha uma moral)” ou sentido. Ao mesmo tempo, tal desmoralização corresponde a uma politização capaz de “torná-la aberta a um pensamento estratégico”<sup>15</sup>, que se projeta no futuro.

A história é, antes de mais nada, a “sucessão das diferentes gerações”, onde a vida material, meios de troca e forças produtivas são herdeiras das gerações precedentes<sup>16</sup>. Por essa razão “cada geração continua, portanto, de uma parte, o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em condições radicalmente transformadas, e, por outra, ela modifica as antigas circunstâncias se pondo em uma atividade radicalmente diferente”<sup>17</sup>.

Aporta-se em algo que estremece o idealismo: este “desnatura” os fatos, “fazendo da história recente o objetivo da história posterior”<sup>18</sup>. O exemplo escolhido por Marx é esclarecedor: a descoberta da América<sup>19</sup> teria por finalidade contribuir no estouro da Revolução Francesa! Quer-se dizer que a história é compreendida como um indivíduo, ou seja, uma “pessoa ao lado de outras pessoas”, em referência a Hegel, Bauer, Stirner e seus conceitos de consciência de si, crítica e único<sup>20</sup>.

Para “ajustar as contas com sua antiga consciência filosófica”<sup>21</sup>, Marx parte da luta de classes e da crítica da economia política. O que redundava em acertar os diferendos com a filosofia abstrata da história. *A Santa Família* e *A ideologia alemã* se situam no momento posterior à crítica aos hegelianos e à recusa à transcendência<sup>22</sup>.

### ***Digressão: da mediação pelo imediato (e de volta para o futuro)***

Talvez mais uma pequena digressão de ordem metodológica se faça necessária, na medida em que nos debruçamos não apenas sobre a natureza, mas sobre seu aparecer inserido em um contexto, um espaço normatizado. Dito de outra forma, veremos nas linhas que seguem a passagem de uma atividade que pouco se diferencia do dado natural à profusão das mediações que faz com que todo acesso à natureza passe por “filtros”.

No que tange à teoria da ação, ao mesmo tempo em que o ato de pôr a coisa (ou exteriorização) instaura realidade, é também saído de uma instância real. Por outro lado, “o ato não é mais, sozinho, o sujeito” da ação. Isto quer dizer que homem e natureza são sujeitos do processo, o que une tanto as faculdades naturais quanto as adquiridas. Contudo, uma vez que muito tempo já se passou desde que o homem começou a modificar a natureza, as possibilidades de inovação não residem apenas em atividades isoladas e tampouco cujos efeitos sejam controlados e imediatamente reconhecíveis, sem misturas. Toda ação se passa sob condições existentes e é recebida a partir de um emaranhado simbólico. Em outras palavras, processos sociais, técnicos e de significação devem ser tomados em conta em toda e qualquer exteriorização – e não só a “inocência do devir”<sup>23</sup>.

O aporte teórico do conhecimento histórico tal como compreendido por Marx reside em que a essência é avaliada tão somente em seu aparecer: a “contradição” é o princípio teórico que permite a articulação de lógica dialética e história. Como salienta Daniel Bensaïd, “enquanto ‘conexão interna necessária’, a lei ‘religa’ [*a posteriori*] aquilo que a ‘contradição separa’”<sup>24</sup>.

### ***Identidade e diferença entre natureza e história***

Mas qual seria o papel da natureza no contorno das causalidades da ação? O “concurso da natureza” é, aos olhos de Marx, uma “evolução geral, um conjunto de mudanças e de transformações incessantes, anteriores ao homem, do qual o homem saiu e no qual ele termina por desempenhar o papel de agente consciente”. A categoria de uma “autonomia relativa” também é operatória para exemplificar a posição do homem em relação à natureza<sup>25</sup>. Longe de postular um cego domínio humano, essa relação tende à união na ação, no contato: “Como se existissem duas ‘coisas’ disjuntas, como se o homem não se encontrasse sempre diante de uma

natureza que é história e de uma história que é natural”. Ademais, em certo ponto, Marx chega a exigir a existência de uma só ciência: “Nós conhecemos apenas uma ciência, a da história”. Vale a pergunta: identidade? Positivismo? Se Marx propõe em princípio a identidade entre história humana e história natural, em seguida surge o momento de diferenciá-las:

A história pode ser examinada sob dois aspectos. Pode-se cindi-la em história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos no entanto não são separáveis; enquanto existam homens, sua história e a da natureza se condicionam reciprocamente.<sup>26</sup>

Eis aqui, então, uma “diferença relativa”, pois ligada a uma identidade. Além disso, a natureza é o “lugar” onde a ação se finaliza (se torna efetiva, diria Hegel) – sob condição de pensá-la enquanto espaço ou, ainda, de pensar a história como uma segunda natureza (e mais uma vez aqui a referência é Hegel)<sup>27</sup>. Marx soma aos ensinamentos de Aristóteles e de Montesquieu os de Hegel: às condições exteriores somam-se as condições anteriores. Isso explica sua visão da história como processo de dissociação da natureza: “As condições sociais sempre mediatizam a ação das causas naturais da qual depende, no entanto, toda a sociedade”.

Mas onde se encontra a história propriamente dita? A gênese sócio-natural se torna, *a posteriori*, histórica e, então, se espraia<sup>28</sup>. Uma passagem dos *Grundrisse* pode nos auxiliar nessa compreensão:

A produção, certamente, possui suas próprias condições e premissas, mas são simplesmente seus elementos constitutivos [momentos]. Na origem, elas podem parecer saídas da natureza, porém o processo mesmo da produção as transforma em dados históricos: se, por um período, elas aparecem como condições naturais, são no [período] seguinte o resultado histórico do precedente. De resto, se transformam constantemente no seio da produção.<sup>29</sup>

Ao esquematizar esse raciocínio, quer seja do ponto de vista material (da substância) quer seja do ponto de vista subjetivo (do autoengendramento), as condições do processo histórico são pressupostas e transformadas. A diferença entre história e natureza se sente nisso em que a história transforma as condições externas dadas em condições internas produzidas e reproduzidas<sup>30</sup>. Continuidade e ruptura caminham juntas. A dita “necessidade histórica” tem muito mais a ver com a contingência de um regime de exterioridade do que com um “desenvolvimento” qualquer: não a necessidade do devir, que remonta ao fatalismo grego, mas sim o devir da necessidade. Talvez nunca se repetirá suficientemente que Marx se insurge contra “a autoproclamada evolução geral do espírito humano”<sup>31</sup>. Nesse mesmo texto, onde base e superestrutura são distinguidas, mesmo esta última não

se desenvolve de maneira linear. O que faz com que um feixe de “possibilidades divergentes” venha à luz. O autor teve o cuidado de nos advertir de que a história só pode ser compreendida aproximativamente, “por grandes traços”<sup>32</sup>. Todavia, coexistem na história modos de produção distintos, o que explicaria a ressurgência de práticas antigas bem como novas apropriações de tradições. Ademais, constata-se estagnações, regressões e destruições: vejam o encadeamento linear cair por terra graças aos fatos.

### ***Da divisão social do trabalho***

Para responder à questão de “como” as coisas acontecem, Marx investiga um “por que” de ordem material. É o momento de esmiuçar a famigerada “determinação econômica”. Uma vez mais, a relação de identidade e de diferença entre natureza e história é elucidativa.

A causalidade econômica se divide em: 1. um componente material e natural; 2. um componente econômico na combinação de fatores técnicos e sociais; 3. finalmente, um componente social que remete às condições<sup>33</sup> onde todos os termos encontram-se reunidos e entrelaçados em diversos ritmos e velocidades. Quer-se dizer que as relações de propriedade e de classe, guiadas pelo lucro, produzem esfera social (e são por ela produzidas): um produto que é ao mesmo tempo agente engendra uma causalidade não linear. Esse parecer nos leva a perceber com mais clareza o que diz *A ideologia alemã*: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”<sup>34</sup>. Conforme a citação célebre, “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias”<sup>35</sup>.

A exterioridade é produzida pelo trabalho, dividido técnica e socialmente. Graças ao produto dessa divisão, a realidade se erige como norma para os indivíduos:

Os diversos estágios de desenvolvimento da divisão social do trabalho representam diferentes formas de propriedade; dito de outra maneira, cada novo estágio da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si no que se refere à matéria, aos instrumentos e produtos do trabalho.<sup>36</sup>

Forças produtivas e divisão de trabalho se esclarecem mutuamente, em ação recíproca. Sem o quê, a história não passaria de uma sucessão de técnicas. Se a técnica aparece sempre em uma conjuntura, o desemprego não pode ser um fator exclusivamente tecnológico. A causalidade econômica é uma “análise de fatores” técnicos e sociais que se condicionam: todos esses fatores se subordinam à finalidade econômica, dominante. Uma vez os meios de produção postos em atividade e consumidos como instrumentos do capital (produção como momento

de consumo), valor de uso e de troca surgem ao mesmo tempo. Ou seja, completa Vadée, aquilo que permite a satisfação das demandas nasce sob a tutela da divisão social do trabalho<sup>37</sup>.

A aparição de proprietário e de expropriado não é obra da natureza. Mais do que isso: fruto de mudança eminentemente histórica, tal oposição é uma relação social determinada, específica. Em *O capital*, Marx conclui que “ela [essa relação social] é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico preliminar, o produto de um grande número de revoluções econômicas, fruto da destruição de toda uma série de velhas formas de produção social”<sup>38</sup>.

### **Conclusão: demandas sociais, desejar o impossível**

O último parágrafo termina de maneira dúbia: se, por um lado, buscou-se explicar o aparecer da sociedade dividida em classes tendo lugar na história, por outro pode haver o perigo de uma leitura mecanicista. Apressemos-nos em desmistificar qualquer laivo de teleologia ou etapismo, pretensamente contidos ao se considerar um “desenvolvimento preliminar” para a mudança histórica. Possui a história “condições”? Seria o pensamento sobre a história em geral, e o marxismo em particular ou como sua expressão mais bem acabada, o signo do idealismo insensível à mudança?

Segundo *A ideologia alemã*, a história começa com a simples constatação de que a ação na e sobre a história exige antes de mais nada homens vivos: “Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, se vestir e algumas outras coisas”. Dessas “condições” da história, Marx distingue a primeira “ação histórica” (o que quer dizer que as condições e seus efeitos não são ações): “a primeira pressuposição de toda história humana é naturalmente a existência de seres humanos vivos”<sup>39</sup>, portadores de carências. A história retoma tais condições. Dito de outra forma, a história é tanto a mediação advinda do estar no mundo quanto, posteriormente, a naturalização de tal mediação (tornada, portanto, imediata: não se escapa do incessante movimento parcial de exteriorização, estranhamento e interiorização). Vadée assenta a questão em linhas claras: “Para fazer história é preciso em princípio viver; produzir a vida ‘se torna’ [devém] uma necessidade histórica”, o que só é concebível de maneira retrospectiva.

Se toda ação se funda em uma demanda/carência natural/corporal, sua eventual satisfação, exposta aos ritmos e acasos (quebras de ritmo) de uma realidade determinada, dá à luz outras demandas/carências, bem como outras maneiras de saciá-las<sup>40</sup>. Acompanhemos Marx e Engels: “Uma vez a primeira demanda sendo satisfeita, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido para essa satisfação conduzem a novas demandas – e essa produção de novas demandas é a primeira ação histórica”<sup>41</sup>.

A produção de condições materiais e sociais determinadas é o que põe ou cria a “necessidade histórica”, onde se encontram os modos de produção. Tal encaideamento de uma necessidade efetiva, atravessada por possíveis, faz com que a necessidade seja, ela também, “devinda”. Construída por um processo que a precede, dele a necessidade retira autonomia (o novo se destaca de um pano de fundo e com ele necessariamente se relaciona). Com perspicácia, Vadée observa que, assim, a “necessidade histórica”, uma tendência, é distinta das “condições da história”<sup>42</sup>.

É questão, agora, de passar à ação: “A primeira ação histórica é portanto a produção dos meios que permitam a satisfação dessas demandas, a produção da vida material ela mesma”<sup>43</sup>.

No que diz respeito a essa primeira ação histórica, parece-nos razoável distinguir duas acepções. Produzir os meios de produção e “dar à luz a demanda desses meios” perfazem um só e mesmo processo. A produção de novas demandas leva o homem à história, que nada mais é do que o autoengendramento do homem. Ora, se existe “finalidade” nos meios de produção é a satisfação de demandas – fisiológicas, simbólicas e/ou, quem sabe?, outras. Acrescente-se a isso que demandas concernem tanto os meios de produção quanto os objetos, e que sua variação e saciedade são históricas: participam desse processo fatores individuais, de classe, de época, de país, de tradição e, claro, de contingência.

Que passemos ao largo de descabidas hipóteses de “voltar às demandas” e raízes, como se etiquetas de “qualidade de vida” fizessem explodir as nuances metafísicas do mundo da mercadoria<sup>44</sup>. Ora, Marx e Engels eram revolucionários. Por isso a ideia de revolução pode se conectar com a teoria das demandas: “Enquanto a satisfação das demandas elementares de numerosas classes sociais se encontra travada, mesmo que existam meios de satisfazê-las, essa revolução surge como possível e necessária (...)”. Mais precisamente: a revolução é necessária para a satisfação, e possível pela luta<sup>45</sup>. Isso mostra porque devemos situar a questão da demanda.

Na “renovação da vida”, as “demandas crescentes engendram novas relações sociais e (...) o crescimento da população engendra novas demandas”, o que depende do “nível de civilização”<sup>46</sup>. No capitalismo, a divisão da jornada de trabalho em tempo necessário e em tempo não necessário se baseia na necessidade de demandas a serem satisfeitas; tais demandas são sociais, como já o vimos, e sua “naturalidade” é tanto “moral” quanto “histórica”<sup>47</sup> (tanto da ordem do hábito quanto da invenção). O trabalho não necessário corresponde à exploração: “pois a necessidade é relativa aos pontos de vista de classe, e função do estado de forças do qual dispõem. Ela [a necessidade, ou o tempo de trabalho socialmente necessário] é fundamentalmente ‘histórica’: não decorre de necessidades puramente ‘naturais’”<sup>48</sup>.

Para terminar, em se obedecendo a critérios objetivos e subjetivos, a demanda religa a necessidade do fluxo histórico com a possibilidade de irrupção da novidade: “uma demanda implica na necessidade de sua satisfação, mas também na possibili-

dade que seja mais ou menos satisfeita”, pois, finalmente, só existe tendo em vista a satisfação. Tornar a demanda mais precisa (determiná-la) significa em atentar à negatividade do sintoma presente, daquilo que não se realiza (ainda).

Esses “interesses materiais” põem uma “finalidade história”, da qual são o “primeiro motor” – pois “por essência, a demanda finaliza a atividade”. A renovação contínua das demandas pela dinâmica estabelecida entre produção e satisfação desemboca no fato de que “o processo histórico (...) [é] essencialmente aberto a possibilidades”<sup>49</sup>. Nesse sentido, necessidade e possibilidade não podem se excluir.

O futuro não é justificador de mudanças e de sofrimentos; nesse contexto, a história não é nada mais nada menos do que uma luz, e não um sentido em si<sup>50</sup>. Eis aqui uma amostra de razão prática: conjugam-se uma “espera determinada” e uma “experiência mais indeterminada”, o que suscita um “engajamento responsável”<sup>51</sup> – ou, para falar como Alain Badiou, uma fidelidade à hipótese comunista<sup>52</sup>.

Gustavo Chataignier

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Recebido em maio de 2014.

Aceito em agosto de 2014.

## Notas

1. Modificação de texto apresentado no Congresso Internacional Marx e o Marxismo - Marx hoje, 130 anos depois, realizado na UFF em outubro de 2013.
2. A divisão é a seguinte: 1840-1844 para as obras de juventude; 1845 para as obras do corte; 1845-1857 para as obras de maturação; 1857-1883, finalmente, para as obras de maturidade (ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: Maspero, 1966, p.27). Consultaremos com proveito a obra *Marx et l'idée de critique* (RENAULT, E. Paris: PUF, 1995), onde o autor desenvolve o argumento de Georges Labica (*Le statut marxiste de la philosophie*. Bruxelles: Complexe: 1976), segundo o qual pode-se perceber no pensamento de Marx uma “saída da filosofia” (graças, contudo, à filosofia...), ou, como o postula Renault, vê-se uma “deflação” filosófica: ao se renunciar à autonomia em relação à diversidade de lutas sociais e aos conhecimentos positivos da sociedade, a filosofia deve prolongá-los em seu caráter reflexivo. Tal postura desembocaria em uma “nova prática da filosofia”. Ver também RENAUULT, E. *Marx et sa conception déflationniste de la philosophie*. In: *Actuel Marx*, “PARTIS/ Mouvements”, número 46. Paris: PUF, 2009/2.
3. RENAUULT, *Marx et l'idée de critique*, op. cit., p. 84.
4. MARX, K. e ENGELS, F. *L'idéologie allemande: critique de la philosophie allemande la plus récente dans la personne de ses représentants Feuerbach, B. Bauer et Stirner, et du socialisme allemand dans celle de ses différents prophètes*. Trad. Augier, Badia, Baudrillard e Cartelle. Paris: Éditions sociales, 1968, p. 51.
5. Aquilo que não passa de dominação anela apresentar-se como justiça. Renault distingue quatro formas de ideologia suscitadas nesse texto: 1. de início, a consciência histórica é

reduzida a interesses materiais; 2 e 3. em seguida, teoria e política desempenham o papel de meios de dominação, tanto física quanto simbólica, expressando um caráter de classe; 4. finalmente, há que se atentar à “inversão” de valores, em um só tempo idealista e suprahistórica: a idealidade deseja apresentar a realidade como justa, e a fuga da história se esforça para explicar a dinâmica real histórica por leis e crenças separadas destas últimas (*Marx et l'idée de critique*, op. cit., p. 85).

6. *L'idéologie allemande*, op. cit., p. 68. Todavia, é forçoso admitir que, na continuação da mesma frase citada, Marx considera que indivíduos de outras classes podem se juntar ao élan revolucionário.

7. BALIBAR, É. *La philosophie de Marx*. Paris: La Découverte, 1993, p. 54.

8. RENAULT, *Marx et l'idée de critique*, op. cit., p. 122.

9. VADÉE, M. *Marx penseur du possible*. Paris: L'Harmattan, 1998, p. 238.

10. Idem, *ibidem*, p. 237, 239-40.

11. MARX, K. e ENGELS, F. *Critique du programme de Gotha et d'Erfurt*. Trad. Bottigelli. Paris: Éditions sociales, 1966, p. 32.

12. A China é um “contra modelo”, em todos os sentidos: longe das perspectivas igualitárias do comunismo, alia taxas vertiginosas de crescimento econômico com centralização ditatorial de poder e subcondições de trabalho. Contudo, sua simples existência desautoriza o gesto de união automática entre capitalismo e democracia. Mas não é só isso. Crises, revoltas e manifestações tomam as praças não apenas nos “elos mais fracos” do capitalismo, mas em exemplos de “sucesso”, como salienta Žižek em artigo recente. Na Turquia, se viu, em maneira análoga à China, que fundamentalismo religioso e mercado não são excludentes. Segundo o filósofo esloveno o recrudescimento de ações violentas por parte das autoridades leva a crer que um “divórcio” entre capitalismo e democracia se consolida. Ver, nesse sentido, respectivamente: ŽIŽEK, S. *First as Tragedy, then as Farce*. Londres: Verso, 2009, p. 132; e Idem, “Problemas no paraíso”. Trad. Gonzaga. Disponível no blog da Boitempo (link na bibliografia).

13. MARX, K.. *Les Manuscrits de 1844*. Trad. Bottigelli. Paris: Éditions sociales, 1972, p. 87.

14. MARX e ENGELS, *L'idéologie allemande*, op. cit., p. 64-5.

15. BENSÁID, D. *Marx o intempestivo*. Trad. M. Guerra. Rio: Civilização Brasileira, 1999, p. 24-5.

16. A relação de forças que comanda a extração da mais-valia (ou mais-valor) e sua repartição é vinda do passado e, portanto, de natureza causal. Todavia, não o é, pois imanente às condições presentes do capital. Para Vadée, se trata de uma “conexão” ou relação, e não de uma dependência (VADÉE, *Marx penseur du possible*, op. cit., p. 147 e 262).

17. *L'idéologie allemande*, op. cit., p. 65-6.

18. Idem, *ibidem*.

19. Quando lemos no *Manifesto comunista* que “a grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América”, estamos no mesmo registro crítico ao mecanicismo. Basta seguir o raciocínio de Marx e de Engels, em uma visada do “possível” como “condição”: “O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, das vias de comunicação. Este agiu, por sua vez sobre a extensão da indústria” (MARX, K. e ENGELS, F.. *Manifeste du parti communiste*. Trad. Mandrou. Paris: 10/18, 1962, p. 22).

20. MARX e ENGELS, *L'idéologie allemande*, op. cit., p. 169.
21. MARX, K. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Trad. Husson e Badia. Paris: Éditions sociales, 1968, p. 4-5.
22. Bensaïd, *Marx o intempestivo*, op. cit., p. 32.
23. DELEUZE, G. *L'Image-temps*. Paris: Minuit, 1985, p. 180. Ver também DELEUZE, G. *Nietzsche et la philosophie*. Paris: PUF, 1973, p. 26-8.
24. Bensaïd, *Marx o intempestivo*, op. cit., p. 313-5 e 341. Que nos lembremos das considerações do heterodoxo Walter Benjamin, em seu artigo a respeito da “faculdade mimética”. Nele, o melancólico pensador escreve que, com o acúmulo de experiências, nossa capacidade, ou melhor, nosso impulso de interpretar a natureza e explicar o mundo muda de figura. Se os antigos atribuíam características aos recém nascidos graças à posição dos astros e se as crianças de ontem e de sempre imitam seres (inclusive os inanimados!), é porque somos determinados pelo meio em que vivemos e, assim, somos dotados de uma “faculdade mimética” (imitamos, consciente e inconscientemente, lúdica ou instrumentalmente nosso entorno). Tal faculdade se tornou mais opaca com o surgimento e o aprimoramento de mediações – ou exteriorizações que estabelecem similitudes com o mundo e orientam nossa ação. O exemplo escolhido por Benjamin é a linguagem, que substitui os astros, agora mudos, no deciframento da vida ao nomear os entes e, ao menos momentaneamente, atribuir sentido à experiência – tornando-a disponível (a si e ao outro) (BENJAMIN, W. Sur le pouvoir d'imitation. In: *Œuvres II*. Trad. Gandillac e Rusch. Paris: Gallimard, 2000, p. 359-63).
25. VADÉE, *Marx penseur du possible*, op. cit., p. 148-50 e 215.
26. MARX e ENGELS, *L'idéologie allemande*, op. cit., p. 45, 55 e 45.
27. Se trabalharmos com Kant, o produto da ação se deposita na natureza “como se natural fosse”: objeto não conceitual, é exterior ao homem e produz efeitos.
28. VADÉE, *Marx penseur du possible*, op. cit., p. 216, 451, 216, 220-1 e 223.
29. MARX, Karl. *Fondements de la critique de l'Économie politique I - Grundrisse*, tomo I. Tradução Roger Dangeville. Paris: Anthropos, 1967, p. 26. Somos tentados a citar uma passagem de Feuerbach, talvez formulada de maneira abstrata, ou seja, sem levar em conta as determinações do mundo do trabalho: “A natureza é a essência que não se distingue da existência, o homem é a essência que se distingue da existência. A essência que não se distingue é o fundamento da essência que se distingue, a natureza é portanto o fundamento do homem” (FEUERBACH, Ludwig. *Thèses provisoires pour la réforme de la philosophie*. In: *Manifestes philosophiques*. Tradução Louis Althusser. Paris: PUF/ Épiméthée, 1973, §57, p. 121).
30. VADÉE, *Marx penseur du possible*, op. cit., p. 224-5. Quem sabe não seja descabido pensar que o trabalho fomenta a “perda de identidade” da natureza, e que o homem passa por um processo, potencialmente libertador, de “desidentificação”.
31. MARX, *Contribution à la critique de l'économie politique*, op. cit., p. 4.
32. Idem, *ibidem*, p. 5. Trata-se dos modos de produção précapitalistas: Ásia, Antiguidade e feudalismo.
33. VADÉE, *Marx penseur du possible*, op. cit., p. 124, 115-6, 152, 116 e 139.
34. MARX e ENGELS, *L'idéologie allemande*, op. cit., p. 50-1.
35. Idem, *ibidem*., p. 70.
36. Idem, *ibidem*, p. 47.
37. VADÉE, *Marx penseur du possible*, op. cit., p. 155, 133-6 e 146.

38. MARX, Karl. *Le capital – Critique de l'économie politique*. Livro primeiro, *Le développement de la production capitaliste*. Tradução Joseph Roy, revisada pelo autor. Paris: Éditions sociales, três tomos, 1957, 1967 e 1968 – para essa citação, livro I, tomo I, p. 172.
39. MARX e ENGELS, *L'idéologie allemande*, op. cit., p. 57 e 45.
40. VADÉE, *Marx penseur du possible*, op. cit., p. 229.
41. MARX e ENGELS, *L'idéologie allemande*, op. cit., p. 57-8.
42. VADÉE, *Marx penseur du possible*, op. cit., p. 228.
43. MARX e ENGELS, *L'idéologie allemande*, op. cit., p. 57.
44. MARX, Karl. *O capital – Livro I*. Tradução Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 70-1.
45. VADÉE, *Marx penseur du possible*, op. cit., p. 229-31.
46. MARX e ENGELS, *L'idéologie allemande*, op. cit., p. 58 e 83. A sociedade pode ser entendida, escreve Marx em 1844, pela análise da relação entre homem e mulher. Se o gênero feminino encarna a posição de presa, a relação homem e mulher é o termômetro das relações dos homens em comunidade, seu senso de alteridade se manifestando então de maneira inequívoca (Idem, ibidem, p. 86-7).
47. MARX, *Le capital*, livro I, tomo I, op. cit., p. 174.
48. VADÉE, *Marx penseur du possible*, op. cit., p. 228.
49. Idem, ibidem, p. 229-231.
50. HORKHEIMER, M. *Les débuts de la philosophie bourgeoise de l'histoire*. Trad. Authier. Paris: Payot, 1974, p. 107-8.
51. RICCEUR, P. *Temps et Récit III*. Paris: Seuil, 1985, p. 311-2.
52. Ver BADIOU, A. *L'hypothèse communiste – Circonstances 5*. Paris: Lignes, 2009.

## Referências

- ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris: Maspero, 1966.
- BADIOU, A. *L'hypothèse communiste – Circonstances 5*. Paris: Lignes, 2009.
- BALIBAR, É. *La philosophie de Marx*. Paris: La Découverte, 1993.
- BENJAMIN, W. Sur le pouvoir d'imitation. In: *Œuvres II*. Trad. Gandillac e Rusch. Paris: Gallimard, 2000.
- BENSAÏD, D. *Marx o intempestivo*. Trad. M. Guerra. Rio: Civilização Brasileira, 1999.
- DELEUZE, G. *Nietzsche et la philosophie*. Paris: PUF, 1973.
- \_\_\_\_\_. *L'Image-temps*. Paris: Minuit, 1985.
- FEUERBACH, L. Thèses provisoires pour la réforme de la philosophie. In: *Manifestes philosophiques*. Trad. Althusser. Paris: PUF, 1973.
- HORKHEIMER, M. *Les débuts de la philosophie bourgeoise de l'histoire*. Trad. Authier. Paris: Payot, 1974.
- LABICA, G. *Le statut marxiste de la philosophie*. Bruxelles: Complexe: 1976.
- MARX, K. *Les Manuscrits de 1844*. Trad. Bottigelli. Paris: Éditions sociales, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Trad. Husson e Badia. Paris: Éditions sociales, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Fondements de la critique de l'Économie politique I – Grundrisse*, tomo I. Trad. Dan-geville. Paris: Anthropos, 1967.

- \_\_\_\_\_. *Le capital*. Livro primeiro, *Le développement de la production capitaliste*. Trad. Roy, revisada pelo autor. Paris: Éditions sociales, três tomos, 1957, 1967 e 1968.
- \_\_\_\_\_. *O capital – Livro I*. Trad. Barbosa e Kothe. São Paulo: Abril, 1983.
- MARX, K. e ENGELS, F. *L'idéologie allemande: critique de la philosophie allemande la plus récente dans la personne de ses représentants Feuerbach, B. Bauer et Stirner, et du socialisme allemand dans celle de ses différents prophètes*. Trad. Augier, Badia, Baudrillard e Cartelle. Paris: Éditions sociales, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Manifeste du parti communiste*. Trad. Mandrou. Paris: 10/18, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Critique du programme de Gotha et d'Erfurt*. Trad. Bottigelli. Paris: Éditions sociales, 1966.
- RENAULT, E. *Marx et l'idée de critique*. Paris: PUF, 1995.
- \_\_\_\_\_. Marx et sa conception déflationniste de la philosophie. In : *Actuel Marx*, "PARTIS/ Mouvements", numéro 46. Paris: PUF, 2009/2.
- RICCEUR, P. *Temps et Récit III*. Paris: Seuil, 1985.
- VADÉE, M. *Marx penseur du possible*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- ŽIŽEK, S. *First as Tragedy, then as Farce*. Londres: Verso, 2009.
- \_\_\_\_\_. Problemas no paraíso. Trad. Gonzaga. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/05/problemas-no-paraíso-artigo-de-slavoj-zizek-sobre-as-manifestacoes-que-tomaram-as-ruas-do-brasil/>

## **Resumo**

O trabalho trata, em geral, da história como horizonte de pensamento; e, em particular, da contingência determinada na formulação das ideias de Marx. Para tanto, teremos como base as construções de *A ideologia alemã*. Na referida obra observa-se a centralidade da noção de história enquanto construção, já sem a roupagem do híbrido Hegel-Feuerbach. Em termos de história do pensamento, uma das conclusões que somos autorizados a tirar é que se abandona o momento “naturalista” dos manuscritos parisienses em prol da categoria de história. O conceito de história surge assim no papel de operador da produção de realidade; de maneira autônoma, não é um subproduto da natureza – mas, antes, um estar no mundo específico.

## **Palavras chave**

História. Natureza. Contingência. Determinação. Produção.

## **Résumé**

Ce travail porte sur, en général, l’histoire comme horizon de la pensée; et, en particulier, sur la contingence déterminée dans la formulation des idées de Marx. Pour ce faire, on aura comme base les constructions de l’*‘Idéologie allemande’*. Dans cette œuvre, on s’aperçoit de la centralité jouée par la notion d’histoire en tant que construction, déjà démunie des draps hegelo-feuerbachiens. En termes d’histoire de la pensée, on est autorisé de conclure que le moment « naturaliste » des manuscrits parisiens est abandonné, en bénéfice de la catégorie d’histoire. Le concept d’histoire apparaît ainsi dans le rôle d’opérateur de la production de la réalité; de façon autonome, il n’est pas un sous-produit de la nature, mais relevant d’un être-là spécifique.

## **Mots-clés**

Histoire. Nature. Contingence. Détermination. Production.